



## CARTA DE CAMBORIÚ - REDITEC SUL 2023

***“No novo tempo  
Apesar dos perigos  
Da força mais bruta  
Da noite que assusta  
Estamos na luta  
Pra sobreviver  
Pra sobreviver  
Pra desenvolver”***

Ivan Lins / Vitor Martins

Reunidos no histórico Campus Camboriú do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), entre os dias 15 e 17 de maio de 2023, os dirigentes e as dirigentes, reitores e reitoras, pró-reitores e pró-reitoras, diretores e diretoras sistêmicos e de Câmpus

dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia situados na Região Sul do Brasil, partilharam reflexões e ações, diálogos e afetos, em torno do tema: NOVOS TEMPOS, NOVOS RUMOS, A REDE QUE QUEREMOS, na 4ª edição da Reditec Sul.

Foi uma oportunidade para a reafirmação do compromisso coletivo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) com a ciência, a inclusão social, a qualidade da educação, o desenvolvimento sustentável, a autonomia dos sujeitos, o empoderamento e a participação social.

Além disso, o Reditec-Sul 2023 contribuiu para avaliação das dificuldades enfrentadas pelos Institutos Federais e as possibilidades de superação decorrentes do novo momento político do país, com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e as expectativas de retomada da valorização da Rede Federal EPCT pela SETEC / MEC.

O evento também contribuiu para ampliar a comunicação de nossas instituições com a sociedade, por meio da divulgação de nossas melhores práticas exitosas e dos relatos de nossos egressos.

As discussões mostraram que “defender a Rede Federal EPCT” é defender a possibilidade de um modelo de sociedade menos violenta, menos excludente e mais democrática. Por isso, comprometemo-nos a lutar, unidos com os demais institutos, contra toda afronta a esse fundamental instrumento de pleno desenvolvimento cidadania e de transformação social.

O evento tornou evidente a necessidade de defesa de uma Rede Federal EPCT inclusiva e plural, que valorize a diversidade e respeite as diferenças de cada um dos sujeitos envolvidos nos processos. Manifestou, ainda, contrariedade ao modelo de ensino médio aprovado pela Lei nº 13.415/2017, e defendeu a ampliação dos cursos técnicos integrados, dos cursos EJA/EPT e a formação contínua dos trabalhadores da educação.

Entre as questões discutidas avaliou-se a necessidade de:

Fortalecer a promoção da educação especial e inclusiva, a fim de que as ações se concretizem na vida dos sujeitos que são público dessa modalidade de ensino e à sociedade como um todo.

Ampliar as políticas de assistência estudantil, incluindo alimentação e transporte escolar.

Fortalecer a educação do campo, dos povos indígenas e quilombolas, assim como, ações voltadas aos demais grupos sociais historicamente excluídos, por meio da garantia de condições institucionais que atendam às especificidades desses sujeitos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Enfrentar a violência, a evasão e o abandono escolar, aprimorando as ações de acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Criar instrumentos e fontes de recursos para financiamento próprio de ações, projetos e programas de extensão nos institutos federais, com o fim de ampliá-las e, conseqüentemente, fortalecer a divulgação e a visibilidade dos IFs, abrangendo a arte, a cultura, as ações afirmativas, os direitos

humanos e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre outros.

Aproximar com os órgãos de fomento da ciência e tecnologia, para o fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica, da pós-graduação stricto sensu e da inovação, bem como, o fortalecimento dos mecanismos de divulgação e popularização do conhecimento produzido por meio das editoras.

Consolidar os Câmpus existentes viabilizando estrutura física e quadros de pessoal adequados e promover uma nova política de expansão da rede, embasada em rigoroso planejamento e critérios técnicos discutidos com a própria rede.

Definir mecanismos para uma política orçamentária consistente e transparente, que permita aos IFs o planejamento a longo prazo.

Enfrentar o desafio da promoção de ações que garantam a saúde mental dos estudantes, dos servidores docentes e TAEs e combatam todas as formas de assédio, com investimentos em políticas de Qualidade de Vida dos Trabalhadores (QVT) e estratégias de formação.

Investir em comunicação, tecnologia e segurança da informação como estratégias para os novos tempos, embebidas em uma cultura digital.

Reafirma-se que a defesa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em sua forma integrada é primordial como referência de oferta e formação da Rede EPT, garantindo ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e

para a atuação como cidadão pertencente a um país, inserido dignamente a sua sociedade.

Finalizamos este encontro com nossas esperanças renovadas e felizes por resgatar os desafios propostos nos eventos anteriores: Lages-SC (2018), Frederico Westphalen-RS (2019) e Cascavel (2022).

Sabemos que a Rede Federal EPCT, em rede, nos fortalece e garante oportunidades educacionais aos cidadãos brasileiros e às cidadãs brasileiras: A educação é um bem público e um direito de todos e de todas.

Camboriú, 17 de maio de 2023.

Subscrevem a presente carta, os dirigentes e as dirigentes das seguintes instituições:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense

